

**SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS DA  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**27ª Reunião Ordinária do CNCD/LGBT**

**Ata da ordem do dia 26 de junho de 2015**

**Brasília-DF**

## SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

### Ata da Reunião Ordinária do CNCD/LGBT

Data: 26/06/2015

1 Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e quinze teve início a Reunião Ordinária do  
2 CNCD/LGBT, sob a Coordenação da Sra. Juliana Gomes Miranda. Estiveram presentes os  
3 seguintes Conselheiros (as) Representantes da Sociedade Civil: Gil Santos, Representante da  
4 Central de Movimentos Populares – CMP; Keila Simpson, Representante da Associação Nacional  
5 de Travestis Transexuais – ANTRA; Jovanna Cardoso, Representante da Associação Nacional de  
6 Travestis Transexuais – ANTRA; Lohren Beauty, Representante do Grupo E-Jovem de  
7 Adolescentes Gays, Lésbicas e Aliados; Heliana Hemetério dos Santos, Representante da  
8 Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT;  
9 Whashington Luiz Santos do N. Dias, Representante da Rede Nacional de Negras e Negros – REDE  
10 AFRO; Zezinho do Prado, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em  
11 Educação – CNTE; Léo Mendes, Representante da Articulação Brasileira de Gays – ARTGAY;  
12 Maria Guilhermina da Cunha Salasário Ayres, Representante da Associação Brasileira de Lésbicas,  
13 Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT; Marina Reidel, Representante da Associação  
14 Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH; Marylucia Mesquita Palmeira, Representante do  
15 Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; Roselaine Dias da Silva, Representante da Liga  
16 Brasileira de Lésbicas – ABL; Geovan Adorno Braz, Representante do Fórum Nacional da  
17 Juventude Negra – FONAJUNE; Walmir Siqueira, Representante da Central Única dos  
18 Trabalhadores – CUT; Rebeca Valadão Bussinger, Representante do Conselho Federal de  
19 Psicologia – CFP; Daniel de Jesus Costa, Representante do Fórum Nacional de Juventude Negra –  
20 FONAJUNE. Os Conselheiros (as) Representantes do Governo: Irina Karla Bacci, Representante d  
21 Secretaria de Direitos Humanos – SDH; Adrianna Figueiredo Soares, Representante do Ministério  
22 do Desenvolvimento Social – MDS; Fábio Moassab Bruni, Representante do Ministério do  
23 Desenvolvimento Social – MDS; Ivanildo Franzosi, Representante da Casa Civil – CC; Marina  
24 Marinho, Representante do Ministério da Saúde – MS; Carlos Eduardo Soares Martins Pinto,  
25 Representante do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Janaína Barbosa de Oliveira,  
26 Representante da Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM; Marta Pordeus, Representante do  
27 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; Juliana Gomes Miranda, Representante

28 da Secretaria de Direitos Humanos – SDH; Douglas Santos da Silva, Representante da Secretaria de  
29 Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; Rafael Raeff Rocha, Representante do  
30 Ministério da Justiça - MJ. Convidados (as) e Participantes: Paulo Maldos, Secretário Nacional de  
31 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – SNPDDH; Roberto César Maia de Souza,  
32 Representante do Fórum Nacional de Gestoras e Gestores – FONGES LGBT; Polliana Andrade,  
33 Representante da Coordenação do Comitê Executivo das Conferências Nacionais Conjuntas;  
34 Caroline Reis, Representante da Coordenação do Comitê Executivo das Conferências Nacionais  
35 Conjuntas; Cícero Cavalcante, Diretor de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da  
36 República – SG/PR; Marcelo Pires, Assessor de Participação Social da Secretaria Geral da  
37 Presidência da República – SG/PR; Gerson Bem, Secretário Executivo da Secretaria de Direitos  
38 Humanos – SDH/PR; Samilla de Oliveira Marques Aires, Representante do Fórum Nacional de  
39 Gestoras e Gestores – FONGES LGBT; Leonardo Bastos, Representante do Fórum Nacional de  
40 Gestoras e Gestores – FONGES LGBT; Reginaldo França Júnior, Representante do Fórum  
41 Nacional de Gestoras e Gestores – FONGES LGBT; Adriana Marques Aidar, Representante da  
42 IESP/UERJ; Ana Cristina Abreu, Representante do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS;  
43 Cláudio Nascimento Silva, Representante da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos  
44 Humanos; Symmy Sarrat, Representante da Prefeitura de São Paulo. **ABERTURA:** O Sr. Gerson  
45 Ben (SHD/PR) iniciou a reunião cumprimentando a todos e apresentou a nova Coordenadora de  
46 Política LGBT, a Sra. Symmy Sarrat, desejando que tenha uma gestão muito profícua na frente  
47 dessa coordenação. O Sr. Paulo Maldos (SNPDDH) também cumprimentou a todos e deu as boas-  
48 vindas a Sra. Symmy Sarrat. A Sra. Juliana Gomes Miranda (Presidenta – CNCD/LGBT) arrazoou  
49 que tiveram vários encontros nessa semana, em que foram discutidos vários assuntos importantes na  
50 pauta da República, com atividades do Senado e informou que estão com uma eleição em curso  
51 para renovação dos mandatos das entidades da sociedade civil, sendo que na próxima Reunião  
52 Ordinária do Conselho do dia 30 de julho, haverá a eleição propriamente dita. Explanou que será  
53 debatida sobre as estratégias de amplificação do debate, legitimação do debate de um Sistema  
54 Nacional efetivo de promoção e proteção dos Direitos LGBT no país e solicitou que os membros do  
55 Conselho e os convidados se apresentassem. Antes das apresentações, solicitou um minuto de  
56 silêncio pelo falecimento do Conselheiro Carlos Obici da CUT. Realizadas as apresentações, a Sra.  
57 Roselaine Dias da Silva (LBL) propôs elaborar uma avaliação da gestão para facilitar o processo de  
58 transição e iniciar a primeira reunião da próxima gestão, com uma proposta de planejamento. O Sr.

59 Gerson Ben discorreu que esteve ontem na Câmara, representante a SDH, em uma Audiência de  
60 Prestação de Contas, na Procuradoria Federal de Defesa dos Direitos do Cidadão, em que vieram à  
61 tona questões que dizem respeito à temática que são trabalhados nesse Conselho e nas políticas.  
62 Compreendeu que a PEC da maioria penal é uma política de retrocesso e que, seria muito  
63 importante que concentrem um esforço de mobilização no que for possível. Ponderou que estão  
64 trabalhando no sentido de que a nomeação no Diário Oficial se dê com o nome social e desejou a  
65 todos um bom trabalho. A Sra. Juliana Gomes Miranda antes de abrir os trabalhos oficiais,  
66 questionou ao Conselho, se não seria o caso de emitir uma Nota Pública contrária a redução da  
67 maioria penal e delegou a incumbência de trabalhar nessa minuta para a Sra. Summy Sarrat. Os  
68 participantes concordam com a sugestão e a Sra. Marylucia Mesquita Palmeira (CFESS) sugeriu  
69 como encaminhamento a elaboração de uma Nota Pública sobre o dia 28 de junho, Dia do Orgulho  
70 LGBT e a Presidente do CNCD/LGBT esclareceu que essa questão trata de outro ponto de pauta.  
71 Seguindo para a aprovação da Ata da 26ª Reunião Ordinária, a Sra. Juliana Gomes Miranda  
72 postulou que diante a ausência de manifestações, acredita que tenha deliberação uníssona,  
73 contemplando todos os Conselheiros. Uma participante manifestou que o fato de ninguém ter  
74 encaminhado contribuição, não revela que há uma concordância, porque foram tratadas questões  
75 bem delicadas no Conselho na reunião passada e que, enquanto Conselheira, representando o  
76 Conselho Federal, por problemas de saúde, não teve condições de encaminhar as contribuições.  
77 Prosseguindo para os informes da Mesa Diretora, a Sra. Juliana Gomes Miranda informou que  
78 acompanharam parte de uma discussão que foi realizada na SDH, a convite dos movimentos  
79 LGBTs, em torno da discussão da criminalização da homofobia. Relatou que receberam uma carta e  
80 que, gostaria que os representantes da ABGLT e das organizações que estiveram presentes fizessem  
81 a leitura dessa carta, que foi também apresentada no Senado Federal. Comunicou que foi convidada  
82 a compor a Mesa no Senado, na qual foram trabalhados os dados e as realidades de violação aos  
83 direitos LGBT no país e elucidou que estava presente a PGR, que realizou o anúncio do parecer do  
84 Procurador-Geral da República, no caso do mandato de injunção, na situação do racismo, em que se  
85 busca equiparar a homofobia ao crime de racismo. Arrazouo que participou da reunião do Conselho  
86 Nacional de Direitos Humanos, em que se retiraram alguns encaminhamentos em relação ao caso  
87 dos Professores no Paraná e com relação ao PL 5.002, relatou que foram realizadas algumas  
88 tentativas de reunião com a Deputada, que está de licença médica e que declinou da relatoria,  
89 portanto, está sendo guardada a nova indicação de Relator, para dar continuidade na deliberação de

90 fazer reuniões específicas. A Sra. Lohren Beauty (E-Jovem) notificou que o E-Jovem não enviou a  
91 documentação para fazer parte do Conselho e realizou a leitura da carta de despedida. Ilustrou que  
92 sairá desse Conselho, profundamente chateada e decepcionada, principalmente por não ser  
93 reconhecida dentro do mesmo e por sofrer discriminação. A Sra. Juliana Gomes Miranda discorreu  
94 que, como Presidenta desse Conselho, ouviu as suas palavras e assumiu essa falha, porque o  
95 Conselho, de maneira alguma, poderia ser visto como um ambiente de discriminação. Agradeceu  
96 pela sua participação e entendeu que agora será trabalhada uma nova configuração do Conselho,  
97 pois todas as pessoas esperam que esse Conselho se torne um ambiente de ideias profícuas e  
98 efetivas de combate a várias discriminações, principalmente, contra a população LGBT. A Sra.  
99 Lohren Beauty ponderou que gostaria que a carta fosse anexada na próxima Ata. O Sr. Gil Santos  
100 (CMP) informou que participou do III Encontro Nacional do Ministério Público e Movimentos  
101 Sociais, nos dias 17 e 18 de junho e que, conseguiram passar no Grupo de Trabalho algumas  
102 propostas. Articulou que também participou das Pré-Conferências Municipais de Saúde em São  
103 Paulo e da 18ª Conferência Municipal de Saúde Pública de Qualidade, que aconteceu nos dias 22 a  
104 24 de junho. A Sra. Maria Reidel (ABEH) comunicou que no mês de maio no FONATRANS houve  
105 o Encontro Nacional de Pessoas Negras e Negros em Porto Alegre e que, houve uma atividade de  
106 formação com a FASE, que é a Fundação Socioeducativa dos Menores, em que foi dada formação  
107 para 150 pessoas. Postulou que representou o Conselho no lançamento da Rede Arco-íris em  
108 Canoas/Rio Grande do Sul, que é a Rede de Proteção da População LGBT e que haverá amanhã, o I  
109 Encontro Estadual de Pessoas Trans organizado pela ONG Construindo Igualdade, no qual estão  
110 dando apoio na logística. Relatou que tiveram dois assassinatos de duas travestis no Rio Grande do  
111 Sul, um em Santa Maria e outro em Porto Alegre. O Sr. Zezinho do Prado (CNTE) notificou que  
112 participou da Conferência Internacional da Educação da América Latina, em que foi trabalhado o  
113 novo movimento pedagógico latino-americano, visto que o assunto da comunidade LGBT será  
114 pautado e traçado dentro do mesmo e explanou que é preciso descobrir uma maneira de trabalhar  
115 essa questão dentro das escolas. Arrazoou que participará nos dias 17 a 28 de julho, do Congresso  
116 Mundial Internacional da Educação. O Sr. Léo Mendes (ARTGAY) convidou o Conselho, em  
117 especial os homens gays e bissexuais, para participarem do IV Encontro Nacional da Articulação  
118 Brasileira de Gays, que acontece na cidade de São Paulo, de 10 a 12 de outubro de 2015, com o  
119 tema “Gayfobia Crime e Mata”. Informou que foram convidados para participarem da reunião do  
120 Conselho Nacional Direitos Humanos em Brasília e que, antes disso, tiveram a reunião do CMCP

121 que discutiu o Massacre do Paraná, os informes com relação ao CNCD, que também estão  
122 acompanhando o caso Verônica Bolina, em que foi informado pela Ouvidoria e pela SDH, que já  
123 existe um processo com várias páginas com relação ao acompanhamento da Verônica Bolina.  
124 Discorreu que no dia 11 de junho participou na Câmara dos Deputados, a convite do Departamento  
125 de AIDS, de uma Audiência Pública sobre a Política de AIDS no Brasil; no dia 25 de junho  
126 participou da Oficina Nacional de Comunicação e Saúde de Homens Gays e Bissexuais, a convite  
127 da SEGEP, em que foi produzido um material para uma futura cartilha que será lançada na  
128 Conferência Nacional de Saúde em dezembro em Brasília, refletindo sobre gayfobia, a bifobia e  
129 sobre a qualidade do acesso e atenção dada aos cidadãos gays e bissexuais do país; no dia 09 de  
130 maio participou da I Conferência Municipal de Saúde LGBT de Goiânia; no dia 12 de maio  
131 participou do Fórum Dialoga Brasil em Goiânia; participou da Caravana de Educação em Direitos  
132 Humanos em Goiânia, aonde tomou posse um jovem gay, negro, nortista e LGBT como Assessor da  
133 Diversidade Sexual da Prefeitura de Goiânia; participou de um evento do Dia do Orgulho LGBT,  
134 voltado para as mulheres lésbicas e bissexuais na cidade de Goiânia. Comunicou que na semana que  
135 vem, estarão a convite da OCC e do Governo Holandês, participando da visita a Amsterdam e a  
136 Haia para observar o trabalho das ONGs gays na Holanda com relação à redução de danos pelo uso  
137 de cigarro, álcool e outras drogas junto à comunidade de gays, bissexuais e outros homens que  
138 fazem sexo com homens. A Sra. Maria Guilhermina da Cunha Salasário Ayres (ABGLT) ponderou  
139 que estão no final da construção da Conferência Municipal LGBT que acontecerá no início de  
140 Agosto e que, também iniciaram a construção da Conferência Estadual nos moldes da SDH.  
141 Comentou que enviou o relatório por *e-mail* do III Encontro Nacional do Ministério Público dos  
142 Movimentos Sociais e que, possui uma carta de Fortaleza sobre o compromisso em defesa do  
143 SUAS, em que o CONGEMAS solicitou que fosse entregue nas mãos da Presidenta do Conselho.  
144 Articulou que foi convidada, como Conselheira, para participar de uma Audiência Pública em  
145 Macapá, para trabalhar os direitos das pessoas LGBT, sendo que os relatos das atividades foram  
146 enviados por *e-mail*. Solicitou que todos os relatos fossem enviados por *e-mail*, porque precisam  
147 dos mesmos documentados e também para usar como respostas ou em discussões. A Sra. Jovanna  
148 Cardoso (ANTRA) informou que de 20 a 24 de maio foi realizado o I Seminário Nacional de  
149 pessoas Trans Negras e Negros em Porto Alegre com a presença do Ministro e que, em abril  
150 assumiu a Prefeitura de Picos o Vice-Prefeito da cidade, que está esboçando a Lei de Organização  
151 Municipal que transforma a Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos e de Livre Orientação

152 Sexual para Coordenadoria Especial, ligada ao Gabinete do Prefeito, que passa a cuidar das  
153 Políticas de Direitos Humanos e de Orientação Sexual no Município. Relatou que foi convidado  
154 para assumir a Coordenadoria e que, o Governador Wellington Dias, manteve o gênero no Plano  
155 Estadual de Educação, mesmo sendo derrubado quase por unanimidade e o Secretário de Saúde do  
156 Estado do Piauí começou o diálogo para a abertura de um ambulatório TT no Hospital Universitário  
157 da Capital Teresina. Notificou que a Deputada Estadual Flora Izabel, apresentou uma Proposta de  
158 Lei determinando 5% das vagas das empresas prestadoras de serviço para o Estado, nos cargos  
159 comissionados e contratados, para travestis e transexuais. A Sra. Heliana Hemetério dos Santos  
160 (ABGLT) elucidou que participou do Fórum Dialoga Brasil da Região Sul, juntamente com a Sra.  
161 Roselaine Dias da Silva e que, somente o seu grupo abordou sobre a questão das mulheres LGBT e  
162 a questão racial. Arrazoou que participou de uma Mesa da OAB sobre a discussão do feminicídio,  
163 porém explanou que as lésbicas não estão contempladas nessa questão. Notificou que participou do  
164 CONECTAS e que participará da reunião do MERCOSUL para discutir sobre o gênero. A Sra.  
165 Juliana Gomes Miranda solicitou que os participantes sejam breves em seus informes e sugeriu que  
166 os informes sejam o último ponto de pauta na próxima reunião. A Sra. Roselaine Dias da Silva  
167 informou que participou de três agendas, uma na Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, onde  
168 a SDH tem uma parceria com a implantação do Observatório contra a Homofobia. Discorreu que  
169 participou da FONATRAN em alguns momentos da discussão pedagógica e de uma ação do  
170 Escritório Regional da ONU no Rio Grande do Sul, sobre o Sistema Internacional dos Direitos  
171 Humanos. Ressaltou que ficou muito preocupada na reunião da Câmara Técnica, quanto à  
172 explanação romântica da interlocutora do Escritório da intervenção do Brasil, das relações com a  
173 ONU e a Política LGBT sem uma visão crítica da situação atual em que vive de lesbo-homo-  
174 transfobia no Brasil. Articulou que no dia 10 de julho haverá a eleição de gestão do Conselho  
175 Estadual do Rio Grande do Sul e que, será realizada no dia 28 de junho a III Vigília no Parque  
176 Redenção pelo Movimento LGBT organizado no Rio Grande do Sul. Postulou que visitou o  
177 Conselho Estadual a representação da equipe de vôlei, que foi convidada pela Organização dos  
178 Jogos Sul-Americanos de Gays para participar do I Jogos da Diversidade do Estado e registrou que  
179 a equipe representará o Brasil nos jogos Sul-Americanos Gays na Argentina em novembro. A Sra.  
180 Maria Guilhermina da Cunha Salasário Ayres comunicou que acontecerá nos dias 19 a 21 de agosto  
181 o I Seminário Estadual de Memória e Visibilidade de Lésbicas e Mulheres Bissexuais. A Sra. Keila  
182 Simpson (ANTRA) notificou que o Governo do Piauí incluiu as trans no Núcleo Piauiense de

183 Femicídio e que no FONATRAN foi apresentado um Relatório Internacional de Assassinatos de  
184 Travestis no Brasil. Destacou que a ANTRA entrará nas Cortes Internacionais, na OEA, para  
185 denunciar o Brasil pelos assassinatos das travestis que estão acontecendo e solicitou o apoio do  
186 Conselho para essa documentação. A Sra. Rebeca Valadão Bussinger (CFP) relatou que todo o  
187 debate do dia 22 de maio sobre o Dia Internacional de Combate a Homofobia está no *site* do  
188 Conselho Federal de Psicologia e que, durante o debate *on-line* foi lançado um *site* pela  
189 deparatologiação das trans identidades. Explanou que na semana passada, lançaram o primeiro vídeo  
190 de uma série de três, que se chama a Despatologização pelo Olhar da Psicologia. A Sra. Marina  
191 Marinho (MS) informou que no dia 1º de setembro será realizado o Dia da Visibilidade Lésbica,  
192 que está sendo organizado pela Secretaria de Política para as Mulheres e pelo Ministério da Saúde  
193 em diálogo com a Secretaria de Direitos Humanos, em que será realizado o lançamento do Caderno  
194 de Saúde de Atendimento de Saúde a População Lésbica e de Mulheres Bissexuais para os  
195 profissionais de saúde. A Sra. Marylucia Mesquita Palmeira arrazoou que aconteceu nos dias 11 e 12  
196 de junho em São Paulo, o Seminário Nacional sobre Diversidade Trans com a participação de mais  
197 de 200 pessoas e discorreu que o Seminário teve as seguintes mesas: primeira mesa sobre a  
198 Transversidade de Direitos e Serviço Social, segunda mesa sobre o processo transexualizador no  
199 SUS e as questões para o exercício profissional, terceira mesa sobre sexualidade e expressões de  
200 gêneros na infância e na adolescência e a quarta mesa sobre as demandas da população trans para as  
201 políticas públicas e para o serviço social. Registrou que não esteve no PPA Regional, porque estava  
202 no Seminário da Diversidade Trans. A Sra. Marta Pordeus (MPOG) ilustrou que o PPA está  
203 tentando ser mais estratégico para mostrar, a partir das diretrizes, qual é a forma de monitorar e  
204 comunicou que está sendo feito todo um trabalho de resposta de verificação do atendimento de todo  
205 o material levantado no Fórum Interconselhos para o próximo Fórum. Seguindo para a apresentação  
206 sobre o funcionamento da Rede de Assistência Social e CadÚnico, o Sr. Fábio Mossab Bruni  
207 (MDS) ponderou que a Assistência Social é uma Política constitucionalizada, que faz parte da  
208 Seguridade Social e que, a partir da inscrição da Assistência Social na Constituição Federal, tenta  
209 romper com o legado de caridade. Relatou que possuem um benefício Constitucional bastante  
210 relevante no combate à pobreza, que é o benefício de prestação continuada, destinado a idosos e as  
211 pessoas com deficiência em situação de pobreza e que, em 1991 houve uma primeira tentativa de  
212 regulamentação da Constituição Federal, que foi vetada integralmente pelo ex-presidente Collor,  
213 exatamente porque a Assistência Social não podia ser vista como um direito. Articulou que em 1998

214 houve uma Norma Operacional Básica, mas destacou que a partir de 2004, a Política Nacional  
215 organizou a Assistência Social em uma lógica preventiva, denominada de Proteção Social Básica e  
216 em uma lógica que lida com as violações de direito, com situações mais graves de violência,  
217 denominada Proteção Especial. Explicou que a Norma Operacional Básica em 2005 trouxe uma  
218 lógica de uma federação, de uma instância de pactuação, reforçando a instância de deliberação, os  
219 Conselhos Nacional, Estadual e Municipal. Em 2006, a NOB foi muito na lógica de constituir uma  
220 burocracia pública e estatal de prestação de serviços socioassistenciais, em 2009 com serviços  
221 tipificados e a partir de 2012, tentando atender algumas necessidades da realidade. O Sr. Fábio  
222 Mossab Bruni esclareceu que em 2004, a Assistência Social seria como uma política que oferta  
223 serviços e benefícios que deve prover uma segurança de acolhida, de renda, de convivência familiar  
224 e comunitária, de desenvolvimento de autonomia e de apoio ao auxílio. Arrazoou que os princípios  
225 que organizam a nova lógica da Assistência Social foram baseados na integralidade da Proteção  
226 Social Básica e da Proteção Especial articuladas com uma lógica intersetorial com a Política de  
227 Educação e Saúde e com o próprio Bolsa Família. Discorreu que dentro do segmento de usuários  
228 possuem representantes do movimento de pessoas com deficiência, do movimento de população em  
229 situação de rua, do movimento dos Trabalhadores e também movimentos ligados às entidades  
230 prestadoras de serviços socioassistenciais. Ponderou que a principal função da Assistência Social é  
231 a vigilância para tentar buscar a proteção e a defesa dos direitos, em especial dos segmentos que são  
232 mais frágeis e que, essa assistência se destina as famílias e indivíduos em situação de  
233 vulnerabilidade, risco pessoal e social e territórios conflagrados. Explanou que a Proteção Básica  
234 visa prevenir situações de risco social por meio de desenvolvimento de potencialidades e aquisições  
235 de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e a Proteção Social Especial de Média e de  
236 Alta Complexidade visa proteger as famílias e os indivíduos, cujos direitos tenho sido violados ou  
237 que tenha havido o rompimento dos laços familiares e comunitários. O Sr. Fábio Mossab Bruni  
238 articulou que a Proteção Básica se materializa nos territórios com os equipamentos dos CRAS e das  
239 unidades referenciadas e ressaltou que o campo nome social está incluído no Cadastro Único.  
240 Apresentou o *Print* do novo formulário do Cadastro Único, que nos próximos meses estará nos  
241 materiais institucionais e postulou que os dois principais serviços do CRAS, são o PAEFIF e o  
242 serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Com relação à Proteção Especial de Baixa  
243 Complexidade, relatou que os serviços são prestados pelos CREAs, Centros POPs e o Centro Dia,  
244 que prestam Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. Explanou

245 que os dados de atendimento de violência homofóbica, dentro dos CREAS baseado no registro  
246 mensal de atendimento, mostram que: existe uma grande predominância dos municípios de Pequeno  
247 Porte II dos atendimentos nos CREAs as pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual;  
248 39% dos registros são da Região Nordeste, 28% da Região Sudeste, 15% da Região Sul, 10% da  
249 Região Centro-Oeste e 9% da Região Norte, totalizando no período de um semestre, 26.625  
250 atendimentos. Arrazoou que outros serviços prestados pelos CREAs ou por outras unidades da  
251 média complexidade são: abordagem social de rua, com vistas da identificação de trabalho infantil,  
252 pessoas em situação de rua e ponto de exploração sexual de crianças e adolescentes; serviço de  
253 proteção e atendimento a adolescentes em cumprimento de MSE; e desenvolvimento dos Centros  
254 POPs. Com relação à Proteção Social de Alta Complexidade, elucidou que possuem para a proteção  
255 das crianças a Casa Lara, abrigo institucional, casa de passagem, residência inclusiva, serviço de  
256 acolhimento e república e serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências.  
257 Um participante informou que a Suprema Corte Norte Americana, acabou de aprovar o casamento  
258 de pessoas do mesmo sexo nos Estados Unidos, por cinco votos a quatro, sendo que nenhum Estado  
259 dos Estados Unidos poderá proibir o casamento de pessoas do mesmo gênero. Prosseguindo para a  
260 apresentação sobre como foi o Fórum Dialoga Brasil, o Sr. Cícero Cavalcante (SG/PR) esclareceu  
261 que primeira edição do Fórum Dialoga Brasil foi aos dias 15 e 16 de abril, com a participação de  
262 aproximadamente 370 pessoas de todos os Conselhos do Brasil. Explanou que foi realizado o  
263 debate temático, como também o debate dos desafios e proposta por região e que foram  
264 sistematizadas as propostas e enviadas para o Planejamento. Informou que realizaram mais de 150  
265 oficinas para processar as propostas e encaixá-las dentro da construção do PPA e que, saíram com  
266 um indicativo de realizar outro Interconselho, no final de julho, para apresentação do processo  
267 sistematizado. Ponderou que por iniciativa da Secretaria-Geral foi proposta a realização de um  
268 maior tempo de escuta com a perspectiva de ouvir cada região, surgindo à iniciativa de realizar os  
269 Fóruns Regionais, que aconteceram na última semana de maio e primeira semana de junho.  
270 Articulou que, além dos Fóruns Regionais, foram realizados dois Fóruns Setoriais através do  
271 Conselho de Juventude e do Conselho de Mulheres. Explanou que a Secretaria de Planejamento  
272 sugeriu que o outro Interconselho seja nos dias 28 e 29 de julho e o MDS sugeriu que a abertura  
273 seja realizada no dia 27 com uma apresentação, continuando nos dias 28, 29 e 30 para que haja  
274 tempo para o debate. Relatou que a ideia é que 15 dias antes do evento, todos os participantes  
275 tenham as propostas sistematizadas para facilitar o debate e que, a intenção é sair do encontro com

276 uma estratégia montada de monitoramento. O Sr. Marcelo Pires (SG/PR) discorreu que o Diálogo  
277 Brasil Digital pretende fazer com que os Conselhos, as Conferências e outros mecanismos de  
278 participação social, utilizem a plataforma Participa BR e comunicou que estão previstas 15  
279 Conferências, sendo que 12 já foram convocadas. Comentou que está sendo preparado um Decreto,  
280 no qual algumas questões relativas às Conferências ficaram mais explícitas, sendo que serão  
281 abordados outros temas como: a questão relacionada ao gênero e a questão geracional. A Sra.  
282 Marylucia Mesquita Palmeira questionou se foi garantida toda a representação dos Delegados e qual  
283 seria a possibilidade de ser uma das Delegadas para se somar como representante desse Conselho.  
284 Registrou a relevância da presença da Presidenta Dilma, efetivamente, na Conferência Nacional  
285 LGBT e indagou se há prazo para a publicação do Decreto e como se dará a inserção do debate  
286 sobre a identidade de gênero e da orientação sexual no âmbito das outras Conferências. Com  
287 relação à Política de Assistência, registrou que o Cadastro Único constituiu uma porta de entrada  
288 para várias Políticas Sociais e questionou se é possível que o MDS se comprometa com o Conselho  
289 Nacional LGBT, que na próxima formatação do Cadastro Único, a questão da orientação sexual e  
290 da identidade de gênero estará incorporada e se está sendo tabulado, no sentido de identificar a  
291 população de lésbicas, gays, travestis e transexuais que estão sendo agredidas. A Sra. Rebeca  
292 Valadão Bussinger considerou que o segmento LGBT ainda é muito invisível, dentro dos  
293 equipamentos e dentro dos parâmetros da Política de Assistência e indagou se há a possibilidade de  
294 realizarem uma Conferência no Espírito Santo. O Sr. Roberto César Maia de Souza (FONGES  
295 LGBT) solicitou uma explanação sobre a questão das casas de acolhida para a população que está  
296 descoberta e uma participante questionou onde pode ser buscado o percentual investido pelo  
297 Ministério para os municípios, no que tange o Centro POP. A Sra. Marina Reidel questionou como  
298 podem trabalhar com a população que está em regime carcerário e o Gil Santos indagou o que será  
299 feito para apreenderem as famílias LGBTs sem teto. O Sr. Washington Luiz Santos do Nascimento  
300 Dias (REDE AFRO) relatou que sentiu a ausência de como se dá o monitoramento da efetivação da  
301 aplicabilidade da Política de Assistência Social nas cidades, sobretudo nas cidades de pequeno  
302 porte, tanto na efetividade e respeito à identidade de gênero e a orientação sexual, como na questão  
303 da diversidade religiosa e na discussão racial. Questionou se durante o Fórum haverá algum espaço  
304 para as pessoas discutirem sobre o ajuste fiscal, por ser um entrave direto as Políticas de Promoção  
305 de Igualdade Racial, tanto as Políticas de Enfrentamento à Violência contra lésbicas, gays, travestis  
306 e transexuais, como de implementação de outras políticas. O Sr. Fábio Moassab Bruni explicou que

307 a atual versão do Cadastro Único que entrou em 2010, começou a ser discutida em 2006 e que é  
308 mais ou menos o que esperam que fosse replicado agora, sendo que há um investimento em  
309 capacitação bastante forte para gerar dados qualitativos melhores de serem trabalhados a partir de  
310 2012. Explanou que estão reforçando as orientações técnicas e que, no CAPACITASUAS, existe  
311 um módulo todo de conteúdo voltado ao atendimento à população LGBT e que, possuem muita  
312 dificuldade de implantar os serviços na ponta, por lidar com questões de preconceito e da negação  
313 da convivência. A Sra. Adrianna Figueiredo Soares (MDS) informou que a Sra. Ana Gabriela da  
314 SENARC, colocou que atualmente o CadÚnico tem 80 itens, visto que de maneira que existem  
315 demandas por parte da população LGBT, existem demandas por parte de outras populações, que  
316 querem se fazer presentes nesse Cadastro. No entanto, destacou que essa questão não é um trabalho  
317 fácil e nem rápido de ser feito e esclareceu que a ideia é que possam qualificar os dados para tentar  
318 garantir a presença de todos os públicos no Cadastro Único. A Sra. Juliana Gomes Miranda  
319 compreendeu que possuem duas agendas como Governo para que sejam encaminhadas, uma é a  
320 depuração dos dados de violação a população LGBT e outra seria elaborar uma Agenda  
321 PRONATEC Trans positiva com o MEC. O Sr. Cícero Cavalcanti elucidou que o Decreto pode ou  
322 não sair, porque muitas Conferências já foram convocadas, inclusive, por Decreto e que, é uma  
323 ideia que está sendo discutida. Explicou que foram realizados convites aberto para os Fóruns  
324 Regionais e agora estão fazendo a sistematização para ter o diagnóstico de quantas mulheres,  
325 homens e representante LGBTs participaram. Ilustrou que o ajuste fiscal não está na pauta do  
326 evento, apenas o PPA, mas compreendeu que o tema acabará entrando no debate. A Sra. Adrianna  
327 Figueiredo Soares informou que a maneira mais rápida de acesso as informações sobre o município  
328 é o Relatório de Informações do Portal da SAGI ou a Lei de Acesso a Informações. Seguindo para o  
329 debate sobre III Conferência, a Sra. Caroline Reis (SDH/PR) arrazoou que tentando maximizar  
330 recursos financeiros e orçamentários e também buscando, principalmente, a transversalidade dos  
331 temas da pauta de Direitos Humanos, resolveram desenhar uma proposta de realização das  
332 Conferências de forma conjunta. Discorreu que instituíram o Comitê Executivo para organizar  
333 como seria a realização dos eventos e que, o mesmo se reuniu duas vezes, sendo que a próxima  
334 reunião será no dia 07 de julho. Comunicou que haviam programado a realização da etapa Nacional  
335 de Conferências Conjuntas para dezembro, mas articulou que receberam alguns pedidos de alguns  
336 Conselhos para o seu adiamento, sendo que todos os Conselhos consultados concordaram em adiar  
337 a etapa Nacional para ser realizada nos dias 02 a 06 de maio de 2016. Informou que na última

338 reunião do Comitê ficou encaminhada a avaliação dos dados, quanto à decisão acerca das  
339 consultorias que precisavam ser contratadas para a realização das Conferências. Postulou que  
340 terminaram a construção do Termo de Referência para a contratação do Consultor e que, receberam  
341 as contribuições da área do Conselho, em que foi decido contratar uma consultoria para a  
342 elaboração do texto base da Conferência LGBT e outras consultorias para tratar das Conferências  
343 mais em geral, além de uma consultoria responsável pela comunicação, de uma consultoria  
344 responsável por pensar na metodologia e a transversalidade entre as cinco Conferências e de uma  
345 consultoria responsável pela infraestrutura e acessibilidade. Relatou que tiveram um contato com a  
346 Secretaria Geral para tentar dar uma organicidade em todas as Conferências de Governo e que, se  
347 comprometeram a ceder o Participa BR, visto que estão negociando uma troca de informações com  
348 outras Conferências, a fim de levantar os pontos positivos para serem aproveitados e os pontos  
349 negativos para serem melhorados. Comentou que a Secretaria Geral realizará um Seminário no  
350 início de julho, com todas as Comissões Organizadoras de todas as Conferências para apresentação  
351 dos todos os mecanismos que possuem de participação social digital e arrazoou que elaboram no  
352 âmbito do Comitê Executivo, as diretrizes mínimas que deveriam ser seguidas por todas as  
353 Conferências, que foram repassadas para todos os membros do mesmo, sendo que está sendo  
354 avaliado e será pauta da próxima reunião. O Sr. Léo Mendes notificou que as etapas municipais da  
355 Conferência LGBT estão acontecendo e que, na reunião com os Gestores que organizarão as etapas  
356 estaduais e municipais, os mesmos disseram que não realizarão a Conferência até dia 30 de março,  
357 visto que ficou pactuado que poderiam realizá-la até o dia 10 de abril, com a possibilidade de  
358 enviarem o documento até o dia 15 de abril. Esclareceu que não dará para respeitar na Conferência  
359 LBGT a questão de 50% do quórum de mulher e 50% de homens, porque o número de pessoas na  
360 Gestão LGBT no Brasil é muito pequeno em relação a outras políticas. A Sra. Marylucia Mesquita  
361 Palmeira intuiu que é importante o Conselho LGBT ter um diálogo com a consultoria para traçar  
362 elementos do ponto de vista conceitual, teórico e político. Prosseguindo para o relato da Câmara  
363 Técnica do Plano, a Sra. Keila Simpson discorreu que trabalharam em um documento norteador  
364 visando alentar as angústias que chegavam a SDH, sobre como seriam realizadas as Conferências  
365 nos Estados e Municípios, tendo em vista que já havia um Decreto. Ilustrou que pensaram em fazer  
366 uma escuta mais ativa nos espaço para conhecer qual seria a dificuldade da população no  
367 Município, para que pudessem passar para a etapa Estadual e posteriormente para etapa Federal.  
368 Ponderou que trabalharam em diversas demandas e que, seria interessante construir o histórico das

369 Conferências Municipais. Articulou que estão sugerindo como metodologia para organizar a  
370 Conferências, três Grupos de Trabalho Específicos de lésbica, de gays e de trans, para discutir as  
371 suas especificidades com relação aos eixos: Estado laico, violência, mídia, comunicação e  
372 educação. Com relação à Câmara Técnica de Legislação e Normas, a Sra. Marylucia Mesquita  
373 Palmeira ponderou que concluíram o Regimento Interno da III Conferência, que foi encaminhado e  
374 não foi publicado e que, iniciaram o debate refletindo sobre o mesmo. Relatou que os  
375 encaminhamentos dados pela Câmara foram: que todos os documentos relacionados à Conferência  
376 Nacional LGBT, garanta a linguagem de gênero; realização da leitura do Regimento Interno nas  
377 Plenárias de abertura; e que as etapas das Conferências Nacionais Conjuntas de Direitos Humanos,  
378 serão realizadas nos seguintes períodos: Etapas Municipais até dezembro de 2015; Estaduais,  
379 Distritais e Regionais livres, até 10 de abril de 2016; etapas nacionais, de 1º a 06 de maio de 2016.  
380 Arrazou que no número 27, sugeriram o termo ‘escolha de Delegados’ ou invés de ‘tirada de  
381 Delegados’ e propondo as seguintes alterações: Item 27 A: *“Os 100 Delegados LGBTs eleitos para  
382 a Conferência Nacional de Direitos Humanos, serão escolhidos conforme critérios estabelecidos no  
383 Regimento Interno da III Conferência Nacional LGBT. Artigos 35, 36, 37 e 38.”*; Item 35: *“A  
384 Comissão Organizadora deverá dividir-se em pelo menos três subcomissões centrais: 1) Conteúdo,  
385 metodologia e relatoria; 2) Comunicação; 3) Mobilização e articulação.”*; Item 39: *“O conjunto de  
386 Delegados participantes das etapas nacionais de cada uma das cinco Conferências que compõem  
387 as Conferências conjuntas deve resultar na seguinte composição: membros do Poder Público 30%,  
388 membros da sociedade civil 70%.”*; Item 40: *“A Delegação da sociedade civil a ser definida nas  
389 Conferências Estaduais deverá ser composta por no mínimo, 60% pessoas com identidades de  
390 gênero feminina (mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis) e 40% de pessoas com  
391 identidades de gênero masculina (homens gays, bissexuais e trans) eleitos entre os seus pares.”*.  
392 Discorreu que foi sugerindo no Artigo 37, expor que: *“Delegação de negros e negras da sociedade  
393 civil a ser eleito nas Conferências Estaduais para a III Conferência, deve ser composta por  
394 percentual de pretas, pretos e pardos declarados no Censo do IBGE.”*, e o Artigo 38 para tratará,  
395 que precisa que a Delegação eleita dos Estados tem que compreender campo, cidade, diversidade  
396 territorial, de povo e comunidades tradicionais, bem como inter-geracionais, pessoas com  
397 deficiência e população em situação de rua. Com relação ao Regimento Interno da Conferência,  
398 ponderou que foram revisados os prazos. O Sr. Zezinho do Prado explanou que entenderam que a  
399 discussão dos eixos temáticos é de trabalho da Comissão Organizadora, não apenas da Câmara

400 Técnica. A Sra. Marylucia Mesquita Palmeira explanou que incluíram no Regimento Interno da  
401 Conferência todos os prazos no anexo e a Sra. Roselaine Dias da Silva deixou nítido que o  
402 Regimento ainda não foi publicado e explicou que propuseram na reunião das duas Câmaras, que na  
403 Reunião Ordinária do Pleno do dia 30 de julho haja um turno para trabalhar a Conferência LGBT  
404 enquanto Conselho e Comissão Organizadora. Compreendeu que é necessário transversalizar os  
405 documentos anteriores com a temática que estão propondo de criminalização da homo-lesbo-  
406 transfobia, para poder trabalhar os eixos e que, precisam de um facilitador para ajudar a construir os  
407 eixos com uma proposição de articulação das temáticas. Um participante esclareceu que a próxima  
408 reunião será dia de eleição e terá como pauta única a Conferência e uma participante elucidou que a  
409 ideia é respeitar todas as especificidades de cada Conferência, apesar de ser chamada de  
410 Conferências Conjuntas de Direitos Humanos. Com relação ao acatamento ou não de todas as  
411 sugestões, arrazouou que será discutido no Comitê Executivo. A Sra. Polliana Andrade  
412 (Coordenação do Comitê Executivo das Conferências Nacionais Conjuntas) explicou que o Comitê  
413 Executivo foi uma Instância criada, justamente, para cumprir a função articuladora entre as  
414 Comissões Organizadoras e que, o Comitê está disposto a visitar e a dialogar com todos os espaços  
415 que estiver havendo uma construção metodológica e ideológica das Conferências. Discorreu que as  
416 diretrizes mínimas encaminhadas, de fato, é apenas um rascunho, por isso não há formatação no  
417 quesito de flexão de gênero e outras questões de linguagem. Informou que existe um pessoal da  
418 saúde e da sociedade civil LGBT, entrando em contato, questionando sobre a possibilidade de  
419 realização de uma Conferência Livre ou de Conferências Livres sobre a saúde LGBT e indagou se  
420 as questões que estão sendo construídas nas Câmaras e no Pleno estão sendo divulgadas para os  
421 Municípios. Uma participante ilustrou que enviaram uma lista do que foi realizado nos Estados e  
422 Municípios, sendo que nenhum dos eventos foi com base nas discussões que acumularam nos  
423 últimos dias. A Sra. Marylucia Mesquita Palmeira intuiu que a tentativa da SDH de fazer as  
424 Conferências Conjuntas tem como objetivo a questão da transversalidade e que, todas as quatro  
425 Conferências não tem como não contemplar a questão geracional como deficiência, sexo, identidade  
426 de gênero, raça e etnia. A Sra. Polliana Andrade ponderou que estão debatendo e articulando com as  
427 Conferências para colher experiências de como estão trabalhando essa questão. A Sra. Juliana  
428 Gomes Miranda agradeceu pelos esclarecimentos e seguiu para o relato da Câmara de Articulação  
429 Institucional, Planejamento e Orçamento. O Sr. Cláudio Nascimento Silva articulou que os Gestores  
430 se reuniram em abril e deixaram claro que não possuem nenhum posicionamento contrário a

431 realização do processo de Conferência, ao contrário, todos consideram importante esse processo.  
432 Postulou que as novas questões têm haver muito mais como o processo que se dará na relação com  
433 os Estados e com os Municípios e com as preocupações do ponto de vista da implementação das  
434 Conferências no âmbito local. Elucidou que ressentem que o atraso no processo pode prejudicar o  
435 processo de estruturação da Conferência e o processo organizacional e que, na Câmara Técnica foi  
436 consensuado que fosse previsto dentro do Regimento e do processo de organização da Conferência,  
437 a possibilidade de existência das Conferências Regionais. Relatou que sugeriram que os processos  
438 de Conferências Municipais/Conferências Regionais, pudessem acontecer até dezembro e as  
439 Conferências Estaduais pudessem acontecer até 10 de abril, para garantir um pouco mais de  
440 margem para os Estados, Destacou que não possuem nenhuma questão em relação à data da  
441 realização da Conferência Nacional e que, trabalharam também na mesma para maio de 2016.  
442 Explanou que ficou a sugestão de apresentar as propostas aprovadas nas Conferências e da  
443 Delegação e que fossem incluídas no SIMEC. A Sra. Keila Simpson arrazoou que o Conselheiro  
444 Léo Mendes propôs trabalharem em uma Resolução para o Ministério de Relações Exteriores sobre  
445 a questão do nome social para atuar diretamente com os Consulados e Embaixadas pelo mundo e  
446 que, após a reunião do dia 30 de julho, a Resolução será trazida mais esboçada para que possam  
447 aprová-la. Discorreu que também foi sugerida a publicação de uma Nota sobre o dia 28 de junho no  
448 *site*. A Sra. Juliana Gomes Miranda ponderou que será elaborada uma notícia com a informação  
449 qualificada sobre o contexto de enfretamento e propôs realizar uma reunião com o Itamaraty antes  
450 de formular o formato da Resolução. Prosseguindo para o relato da Câmara Técnica de Legislação e  
451 Normas, a Sra. Marylucia Mesquita Palmeira articulou que retiraram o posicionamento de discutir  
452 no Conselho o documento que se refere que cada uma das Comissões Organizadoras conte com um  
453 representante dos demais Conselhos Temáticos e que, foram encaminhadas as seguintes questões  
454 sobre o Projeto de Lei 7.582/2014, que trata dos crimes de ódio e intolerância: realização de uma  
455 reunião ampliada e conjunta entre as três Câmaras Técnicas, Legislação e Normas, Plano e  
456 Violência, para conhecimento e aprofundamento dos projetos em tramitação na Câmara dos  
457 Deputados, relativos à criminalização da homofobia; apresentação dos Conselheiros Advogados e  
458 outros estudiosos da temática sobre os aspectos críticos para qualificação do debate; e realização de  
459 um Seminário Internacional, com representantes de países em que a Legislação esteja mais  
460 avançada, como subsídio para a III Conferência Nacional LGBT. Explanou que a ideia seria que o  
461 Seminário acontecesse em dezembro de 2015 em uma parceria entre a CNCD e a Câmara dos

462 Deputados. O Sr. Zezinho do Prado postulou que no documento que receberam para discutir sobre a  
463 proposta de diretrizes, foi entendido que deveria ser debatido no Pleno e seria importante que cada  
464 Comissão Organizadora, conte, pelo menos, como um representante dos demais Conselhos  
465 Temáticos. Relatou que a Câmara observou que seria importante aprovar o Regimento de  
466 Funcionamento e Abertura virtualmente de 25 a 29 de abril de 2016. A Sra. Marylucia Mesquita  
467 Palmeira registrou que, como houve alguns adendos ao relatório, precisam ser incorporadas. Com  
468 relação à Câmara Técnica de Monitoramento, Prevenção e Combate à Violência, a Sra. Maria  
469 Guilhermina da Cunha Salasário Ayres informou que não houve nenhum documento enviado sobre  
470 as denúncias do Estado da Bahia e que, será elaborado um relatório resumido ou um informe para  
471 ser enviado à mídia e a Prefeitura de Itatira sobre o caso de Itatira, sendo que também ficou  
472 acordado que o relatório com as notas específicas, sobre o ocorrido com a Conselheira Marylucia  
473 Mesquita Palmeira, será confidencial para uso interno da Ouvidoria da SDH e da Justiça. Explanou  
474 que outros encaminhamentos retirados foram: enviar um ofício alertando o Governo e a Assistência  
475 do Estado do Ceará sobre o ocorrido e atuação do CNCD e os componentes; solicitar à Secretaria de  
476 Assistência do Estado do Ceará uma capacitação para região de Itatira; solicitar aos membros  
477 governamentais do CNCD que enviem também os ofícios para as suas Secretarias respectivas no  
478 Estado, para também fortalecer a solicitação de capacitação; solicitação da Sra. Jovanna Cardoso à  
479 Secretaria do CNCD, que seja encaminhado a Associação LGBT de Itatira, um ofício solicitando as  
480 ações positivas da Prefeitura e das Secretarias do Município, decorrentes da visita do CNCD;  
481 solicitação da Sra. Marylucia Mesquita Palmeira de outros encaminhamentos da Coordenadoria  
482 LGBT do Estado do Ceará com o MDS. Discorreu que os encaminhamentos sobre o DISQUE 100  
483 foram: reagendamento das oficinas para o período de implantação do novo contrato; que todas as  
484 solicitações enviadas ao CNCD sejam acompanhadas de Notas Técnicas; que a Ouvidoria faça um  
485 relato bimestral do andamento dos casos emblemáticos dessa Câmara Técnica. Ilustrou que estão  
486 solicitando a Mesa à inclusão de uma apresentação da Ouvidoria sobre o Humaniza Rede na  
487 próxima reunião após a reunião do dia 30 de julho. Com relação ao item de pauta do caso Verônica,  
488 ponderou que foi acordado que: o CNPCT encaminhará relatório final do caso no Pleno em agosto;  
489 que o CNCD em conjunto com o CNDH e o CNPCT busque mais informações; que o CNCD  
490 indique um representante da Câmara Técnica, para junto com a ASBRAD, IBCCRIM, Ouvidoria e  
491 a CNDH, faça parte da Comissão que trata do caso; que o CNCD em parceria com o CNPCT,  
492 proponha a norma de implementação da Resolução nº 1 do CNCD/CNPCT; que o Comitê,

493 compartilhe com a Câmara Técnica os documentos sobre o caso; que Câmara Técnica, em conjunto  
494 com CNCD e o Comitê crie estratégias de atuação para atendimento de denúncia das pessoas LGBT  
495 encarceradas; que a Secretária envie um ofício ou uma carta ao Ministério da Justiça solicitando  
496 informações sobre o caderno; que o CNCD se posicione sobre os números crescentes de  
497 assassinatos de travestis e transexuais que estão ocorrendo; e que o CNCD solicite uma Audiência à  
498 ANAC, para tratar da inserção do nome social nas passagens. A Sra. Juliana Gomes Miranda  
499 explicou que retiraram o encaminhamento da visita a São Paulo com base no encaminhamento  
500 sugerido pelo Conselho dos Direitos Humanos, mas articulou que não realizaram essa missão e que  
501 acabou indo a Ouvidoria, acompanhados com outros atores que já estavam em São Paulo.  
502 Compreendeu que a sugestão de ter um posicionamento sobre os números crescentes de  
503 assassinatos é muito profícuo, mas precisam trabalhar essas números e informou que foram  
504 contratados três Consultores para levantamento e mapeamento de dados socioeconômicos da  
505 população travesti e trans, nos três Municípios pilotos: Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro.  
506 Com relação à ANAC, propôs que a SDH provocasse uma agenda e que, dará um retorno sobre a  
507 questão na próxima reunião. Postulou que em uma próxima reunião será apresentado sobre o Pacto  
508 Nacional de Redução de Homicídios. A Sra. Keila Simpson comunicou que a Sra. Verônica está  
509 precisando de doações para pagar um Advogado e o Sr. Gil Santos arrazouou que encaminhou para o  
510 *e-mail* da SDH o número da conta da Sr. Verônica. A Sra. Roselaine Dias da Silva inferiu que a  
511 articulação com o Conselho Estadual de São Paulo está muito fragilizada e insistiu que o Conselho  
512 Nacional precisa estabelecer um diálogo com o Conselho Estadual. Prosseguindo para a análise da  
513 Nota Pública referente à maioria penal, o Sr. Washington Luiz Santos do Nascimento Dias  
514 discorreu que sentiu a ausência de alguns elementos mais substâncias do ponto de vista do motivo  
515 de serem contra a redução e sugeriu acrescentar o seguinte parágrafo depois do primeiro parágrafo:  
516 *“A partir de 12 anos, qualquer adolescente é responsabilizado por qualquer ato infracionário.*  
517 *Essa responsabilização é executada através de medidas socioeducativas previstas no ECA, quais*  
518 *seja advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade*  
519 *assistida, semiliberdade e até internação. Dessa maneira, a proposta de redução da maioria*  
520 *penal, além de isentar o Estado do compromisso com a juventude, não garante a aplicação de*  
521 *políticas necessárias para garantir às crianças, adolescentes e jovens, exercício pleno de seus*  
522 *direitos.”*. E no final: *“Sendo assim medidas como redução da maioria penal e aumento do*  
523 *período de internação servem para acirrar o processo de pauperização e abjeção de jovens negras*

524 *e negros, cujo seus direitos são negados e violados sistematicamente.*”. Com relação ao terceiro  
525 parágrafo, compreendeu que poderiam utilizar um pouco melhor os dados até abril e inserir o  
526 percentual da violência. O Sr. Geovan Ardon Braz (FONAJUNE) concordou com as observações  
527 feitas pelo Sr. Washington Luiz Santos do Nascimento Dias e inferiu que precisam explicitar que o  
528 processo de segregação é responsabilidade do Estado e que, a redução da maioria penal  
529 aumentará ainda mais o processo de segregação social qual sofre a juventude negra, a juventude  
530 pobre, a juventude LGBT e a juventude de periferia. Intuiu que precisam explicar no penúltimo  
531 parágrafo qual é o papel do Estado e sobre o que versa o ECA sobre garantia dos direitos básicos a  
532 atenção para a juventude. A Sra. Marylucia Mesquita Palmeira acrescentou que antes do último  
533 parágrafo precisam mostrar que as formas de se responsabilizar os jovens que cometem algum  
534 delito estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e no SINASE e informou que o  
535 CFESS elaborou um folder, que está em seu *site*, com os 10 motivos que as Assistentes Sociais são  
536 contra a redução da maioria penal. O Sr. Douglas Santos da Silva (SEPPPIR) comunicou que o  
537 movimento social está organizando no dia 29 e 30 de junho, em Brasília, um ato nacional de  
538 mobilização contra a redução da maioria penal e entendeu que precisam trabalhar a  
539 argumentação do Nota. A Sra. Irina Karla Bacci (SDH) compreendeu que a Nota proposta pelo Sr.  
540 Washington Luiz Santos do Nascimento Dias está na mesma linha que estava pensando e ponderou  
541 que faria o primeiro parágrafo, dizendo: “*manifestar a preocupação do Conselho no aumento da*  
542 *violência no país como um todo, destacando, inclusive, a violência contra jovens negros e*  
543 *LGBTs.*”, colocando as pontuações já referendadas. Explicou que seria interessante explicar sobre  
544 a questão do aumento da pena. O Sr. Douglas Santos da Silva sugeriu ao invés de citar os dados do  
545 DISQUE 100, citar os dados da pesquisa da SDH sobre a participação de adolescentes e jovens em  
546 casos de violência. Um participante explicou que o Ministro Pepe e o Ministro José Cardoso  
547 disseram que não há dados oficiais, por isso estão utilizando os dados do Sistema Penitenciário. A  
548 Sra. Juliana Gomes Miranda informou que as sugestões serão trabalhadas e que, a versão final da  
549 Nota será enviada por *e-mail* para ser publicada até dia 29 de junho. A Sra. Janaina Barbosa de  
550 Oliveira propôs que na construção final do documento envolva a SEPPPIR para poder subsidiar o  
551 processo de levantamento que as consultorias realizaram nos Estados. **ENCERRAMENTO:** não  
552 havendo mais nenhum assunto a ser tratado, a Sra. Juliana Gomes Miranda declara encerrada a 27ª  
553 Reunião Ordinária do CNCD/LGBT.  
554

555

556

557

Juliana Gomes Miranda

558

Secretaria de Direitos Humanos

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

Brasília - DF

585

Junho de 2015.